

N'UMBUNTU EM AÇÃO: PESQUISA EM RELAÇÕES RACIAIS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS (MARABÁ-PA)

Jaqueline Dayane da C. Silva /UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará)⁴⁴

Juliana Barbosa Sindeaux / UNIFESSPA⁴⁵

Ivan Costa Lima (orientador) /UNIFESSPA⁴⁶

RESUMO

O trabalho apresentado relata os projetos e as ações do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação (N'UMBUNTU), núcleo eletivo da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), desmembrada da Universidade Federal do Pará (UFPA), e suas articulações com a formação de professores em diferentes níveis de ensino, em especial sobre a história e cultura afro-brasileira e africana como preconiza a lei 10.639/03, bem como a produção de conhecimentos sobre as práticas desenvolvidas dentro das escolas públicas de Marabá/PA, buscando compreender como as escolas têm exercido a lei 10.639/03, que torna obrigatório o estudo sobre a história da África e Afro-brasileira nas redes de ensino público e privado. A partir do desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, apoiados pelas PROESP e PROEX, respectivamente, o núcleo conta como público-alvo com diferentes participantes, nas diversas atividades formativas: professores e estudantes do ensino superior, da educação básica das redes públicas e privadas do município de Marabá e região, de organizações da sociedade civil e comunidade em geral. Objetiva-se neste artigo apresentar as principais iniciativas, que cobre o período de lançamento do N'UMBUNTU em 2012 e as atividades interventivas, de estudos e pesquisas realizadas em 2013, na ampliação do debate das relações étnicorraciais dentro dos espaços acadêmicos. Assim, pretende-se indicar os processos identitários, as formas organizativas e tradições empreendidas pela população negra, dando-se ênfase as práticas educativas desenvolvidas no âmbito escolar, tendo como aporte metodológico, o uso da linguagem oral e da pesquisa-ação como matérias-primas das ações na região do sul e sudeste do Pará. Mostra-se a movimentação promovida pelo N'UMBUNTU, que através de minicursos, eventos, formações de professores e debates públicos busca consolidar novas práticas que articule experiências dentro do espaço escolar. Desta forma, os resultados parciais dos projetos evidenciam a necessidade de

44 Graduada do curso de Pedagogia e bolsista do N'UMBUNTU junto a PIBIC/CNPq/2014.

45 Graduada do Curso de Ciências Sociais e Bolsista do N'UMBUNTU.

46 Professor Mestre da Faculdade de Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Coordenador do Curso de Licenciatura de História e Coordenador do N'UMBUNTU.

consolidar a temática das relações étnicorraciais na região e o compromisso da universidade de uma ação docente.

Palavras-chave: Formação em Relações Étnico-Raciais. Negro e Educação. Cultura e História negra. Diversidade racial. Formação continuada.

Introdução

Este artigo discute a atuação do **Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação - N'UMBUNTU** da Faculdade de Educação, do Campus Universitário de Marabá/PA, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), desmembrada da Universidade Federal do Pará, em 2012. O N'UMBUNTU articula ensino, pesquisa e extensão em função da legislação educacional, como também, em subsidiar educadores/as, estudantes e a sociedade em geral na região Norte, sobre o pensamento social referente às relações raciais no Brasil.

O Núcleo conta em suas ações com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão (Proex) e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESP) ambas da Universidade Federal do Pará. Desta última no desenvolvimento de pesquisa, no âmbito do programa de Apoio ao Doutor Pesquisador (PRODOUTOR/2012), subprograma apoio ao Doutor Recém Contratado (PARC), contando com uma bolsa de iniciação científica (PIBIC). A pesquisa objetiva construir conhecimentos a respeito da organização política, cultural da população negra no sul e sudeste do Pará, a partir da utilização da história oral como principal instrumento de reconstrução social e história desta população, potencializando-se a produção de materiais didático-pedagógicos, que leve ao conhecimento crítico da cultura negra nesta região.

A fundamentação que norteia as ações baseia-se no debate em que a sociedade brasileira, no início deste novo século, vem enfrentando inúmeros desafios, colocados por processos históricos motivados em parte pela ação de diferentes organizações dos movimentos sociais (GOHN, 1997), dentre eles o Movimento Negro (MN). Tais movimentos buscam entre outras questões problematizar a ação do Estado na perspectiva de executar políticas públicas, que levem a efetivação dos direitos sociais a diferentes parcelas de populações excluídas destes processos.

Neste sentido, a Educação tem sido apontada como uma das grandes preocupações deste setor, no que seria considerada uma das políticas indispensáveis para a organização dos setores marginalizados, em especial a população negra brasileira. Com isso, a educação é tomada enquanto prática social, e se vincula a uma determinada visão de mundo, portanto, se constituindo em fenômeno complexo, que expressa múltiplas contradições das sociedades na qual se realiza transformadora ou não desta realidade. Considerada em sua dimensão transformadora, a educação persegue, entre outros fins, promover o autoconhecimento do educando/a enquanto ser pensante e construtor de existência subjetiva e histórica social.

A partir desta perspectiva crítica que o Núcleo de Estudos em Relações Raciais, Movimentos Sociais e Educação - N'UMBUNTU se constituiu. Seu codinome se referencia no universo civilizatório africano, cuja matriz é conhecida no Brasil como nação bantu, grupo linguístico que influenciou profundamente o jeito, a forma dos falares e práticas religiosas na sociedade brasileira. *Ubuntu* tem como sentido uma abordagem coletiva, pois um de seus mais conhecidos significados é: "*Eu sou o que sou devido ao que todos nós somos*", evidenciando o universo de interdisciplinaridade preconizada pela ação educacional. Desta forma o *Ubuntu* é visto como um dos princípios fundamentais e como forma de resistência à opressão, e está intimamente ligado à ideia de enfatizar a necessidade da união e do

consenso nas tomadas de decisão, bem como na ética humanitária envolvida nessas decisões.

A partir deste princípio o N'UMBUNTU coloca na ordem do dia as mudanças nas concepções arraigadas sobre as populações negras em todas as partes do Brasil, buscando alterar as concepções cristalinhas sobre os processos civilizatórios produzidos pelos descendentes de africanos.

Desta forma, tem ampliado sua composição estando aberto aos/as pesquisadores/as universitários/as, docentes, alunos/as de diferentes universidades e por membros da sociedade civil interessados na temática da população negra e em problematizar o pensamento social brasileiro assentado sobre o racismo, discriminações e todas outras formas correlatas de exclusão.

O projeto apresentado a Propesp/Prodoutor 2012 apresenta como principal método a utilização da história oral, segundo a visão de Meihy (2002, p.13) “história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas”. Assim, o trabalho realizado tem como característica a abordagem da memória como fonte de conhecimento, na tentativa de apreender os movimentos e os atores sociais, que impulsionaram suas proposições na perspectiva de mudanças estruturais, a partir de suas próprias falas.

Considerando-se isso, toda a experiência humana se torna fonte de conhecimento e envolve todo um contexto social e cultural, por isso segundo Meihy (2002), a história oral pretende ser um campo multidisciplinar onde, independentemente das várias tradições disciplinares, diferentes linhas de trabalho tenham um território para o diálogo sobre maneiras de abordagem das entrevistas e campo de troca de experiências. A história contada e lembrada através do

depoimento oral é um valioso documento, que une o passado reconstruído, com um presente expectativo.

O resgate do indivíduo enquanto elemento fundamental, para a compreensão da vida humana é enriquecedor para o conhecimento da História, em outras palavras, a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. A evidência oral transforma os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribuindo para uma história que não só é mais rica mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira (THOMPSON, 1992, p.137).

Assim, em nossa abordagem o relato oral é uma fonte, que pode ser transformado em documento, da mesma forma que uma carta, um diário, um ofício, uma notícia de jornal, ou um relatório. As fontes orais trazem importantes contribuições na produção acadêmica. Pois as fontes da história não se resumem apenas em documentos escritos, mas também no estudo do cotidiano, na história contada, na história oral, que dá autenticidade à história do presente.

A partir desta matriz inicial a pesquisa desenvolvida utilizou-se de outros referenciais para apreender as formas organizativas da população negra na região, especialmente a pesquisa participante, que tem sido teorizada como conhecimento coletivo produzido a partir das condições de vida de pessoas, grupos e classes populares, como tentativa de avançar a partir da ciência tal conhecimento, “de dentro para fora, formas concretas dessas gentes, grupos e classes participarem do direito e do poder de pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprios” (BRANDÃO, 1999, p. 10). Com isso, a pesquisa no primeiro semestre do desenvolvimento do projeto, centrou-se em fazer um levantamento voltado para as práticas desenvolvidas dentro das escolas públicas de Marabá/PA, buscando compreender como as escolas têm exercido a lei 10.639/03, que torna obrigatório o estudo sobre a história da África e Afro-brasileira nas redes de ensino público e privado.

Desta forma, articulou-se como método a realização de entrevistas semiestruturadas para a pesquisa científica, com o objetivo de abranger as experiências educativas nas escolas municipais de Marabá/PA em relação à educação das relações étnicorraciais.

Pesquisa em relações raciais nas escolas municipais

Para a execução dos princípios elencados anteriormente, o N'UMBUNTU construiu diferentes estratégias, que objetivavam a pesquisa e ação social. Podemos situar como intervenções importantes o “I Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão”, realizado em 2012, cujo o objetivo foi ofertar os primeiros debates em torno da educação das relações étnicorraciais, mas também visibilizar a mobilização negra na região. A aproximação com a Secretaria de Educação do município de Marabá, através de formação com educadores das áreas de ensino religioso, história e geografia como estratégia de construção de uma política de formação, sendo que, através dessas formações conseguimos a implementação da lei 10639/03 na cidade.

Assim, a partir do conjunto dos diferentes projetos organizamos a atuação do N'UMBUNTU em torno das seguintes ações, em face de sistematizar conhecimentos sobre este tema na cidade:

- 1) Iniciamos leituras da bibliografia disponível no N'UMBUNTU, é importante salientar que esta foi instalada em face da ausência de materiais didáticos-pedagógicos sobre a história e a cultura negra na região, principalmente aquelas que discutem a educação das relações étnicorraciais (FONSECA, 2011) e as práticas educativas para a implementação da lei 10.639/03 (SOUZA, 2009). Estas leituras, entre outras são importantes para posterior indicação dos mesmos nas atividades de qualificação de professores/as, acerca da lei 10.639/03, assim como em outros momentos levar a

comunidade local a se interessar pela história da cultura negra na região.

- 2) Elaboramos um projeto com o título “Quais as experiências educativas nas escolas municipais de Marabá/PA em relação à educação das relações étnicorraciais?” a fim de buscar informações sobre as questões raciais dentro das instituições de ensino público. Nossa preocupação é elaborar conhecimentos que possam subsidiar a rede municipal.
- 3) A partir das ações relatadas acima fizemos um levantamento de dados a fim de compreender quantas escolas havia no município de Marabá/PA, e o endereço das mesmas, portanto, começamos esse levantamento fundamentado nos trabalhos anteriores realizados pelo N’UMBUNTU, que já havia feito formação junto aos educadores da secretaria municipal, bem como pela participação de professores nas atividades promovidas no ano de 2012 e parte de 2013, com a preocupação de dar visibilidade a esta temática na região sul e sudeste do Pará.
- 4) Depois do levantamento, começamos a entrar em contato com os Diretores e Professores de diferentes escolas localizadas na cidade, em busca de uma oportunidade para entrevistá-los, a partir de um roteiro semiestruturado, que pretende evidenciar até que o ponto tem-se experiências sobre a educação das relações étnicorraciais na cidade de Marabá, para que possamos sistematizá-las.

Estas ações evidenciam a necessidade de uma organização mínima, no sentido de cumprir nossas metas em propor a construção de outras formas de abordagem acerca das relações raciais dentro da comunidade escolar, pois temos observado que pouco se tem falado e debatido sobre este tema dentro do município e principalmente no espaço escolar, mesmo com as ações iniciais protagonizadas pelo

N'UMBUNTU. Neste sentido, fica evidente o desafio da busca de políticas públicas que deem conta desta dimensão social e cultural.

Primordialmente, os objetivos da pesquisa foram fazer um levantamento “*in loco*” sobre a existência de experiências educativas nas escolas municipais de Marabá/PA, em relação à educação das relações étnico raciais. Como também, visando observar e analisar as práticas que tem sido desenvolvida nas escolas do município, baseado na Lei 10.639/03 que torna obrigatório o estudo sobre a história da África e Afro-brasileira nas redes de ensino público e privado.

Diante da pesquisa desenvolvida, os primeiros resultados evidenciaram a resistência de alguns gestores escolares, no que diz respeito à problemática abordada. Neste sentido, percebe-se que, pouco se tem feito nas escolas para conscientizar a importância da cultura afro-brasileira, esta ausência de ações pode contribuir para o fortalecimento da discriminação e do racismo dentro das instituições de ensino. Parece haver uma certa contradição neste processo, pois parte das escolas percorridas tem consciência da existência da Lei 10.639/03. No entanto, o grande desafio de mostrar a importância da educação das relações étnicorraciais para a formação da democracia no Brasil, tarefa essa que deve ser executada principalmente pelos educadores, independente de seu pertencimento racial, como assevera as diretrizes curriculares para a educação das relações étnicorraciais.

Neste sentido, sabemos que trabalhar a diversidade dentro das escolas não é uma tarefa fácil, pelo fato de existir incompreensões sobre o tema, o que leva a resistência e preconceito por parte da comunidade escolar, sobretudo, por os professores estarem arraigados a conceitos tradicionais e dogmas, que poderiam ser superados. Estes fatos, entre outros elementos, apontados a seguir, evidenciam que isto é uma tarefa difícil para os docentes, uma vez que é de suma importância o papel no qual eles desempenham na construção de diálogos sobre a diversidade étnicorracial nas instituições de ensino, e

ao fazê-los pode proporcionar um ambiente de ensino e aprendizagem e, principalmente, de respeito e aceitação das diferenças.

O campo da educação deve ser compreendido de forma articulada com as lutas sociais, políticas e culturais que se desenrolam na sociedade. O direito à educação escolar sempre foi uma bandeira de luta daqueles que empenham esforços pela justiça e pela igualdade social e racial. A escola deve ser entendida como um lugar de humanização, socialização e formação, nesse contexto, como se tem dado a formação de professores/as no sentido das relações étnico raciais é um fator relevante para o desenvolvimento desses questionamentos no ambiente escolar.

Debater sobre a formação de professores no Brasil é um fator relevante para que possamos trabalhar o respeito à diversidade cultural dentro do espaço escolar. Portanto, a diversidade cultural é um direito dos povos e dos indivíduos e como elemento de fortalecimento da democracia e valorização das diversas culturas presentes no Brasil. O grande desafio não é somente formar um professor que domine o conteúdo, mas a metodologia que irá possibilitar um melhor aproveitamento dos alunos no processo de democratização da educação, na perspectiva do ensino-aprendizagem, capaz de lidar com situações que ocorrem em razão da diversidade. O professor como mediador do conhecimento, pode possibilitar ao aluno uma visão não estereotipada das diferenças étnicorraciais, favorecendo, portanto, o rendimento do aluno, e permitindo com que discussões sobre raça, racismo, discriminação e etc, sejam feitas no ambiente escolar, abrindo espaços para questionamentos e dúvidas.

Sabemos que a questão da diversidade no âmbito escolar é uma conquista dos movimentos sociais, que lutam pelo seu espaço na sociedade, por igualdade racial, liberdade de expressão, valorização e reconhecimento, elementos que ainda não foram suficientemente problematizados junto aos educadores/as. Faz-se necessário ressaltar

que os afrodescendentes fazem parte da história brasileira, pois influenciam e influenciaram significativamente na cultura, nos costumes e na religião. Portanto, merecem o espaço que estão buscando, porque de fato é um direito e esse direito já está em forma de lei e deve ser respeitado.

Diante da realidade cultural da educação e da escola brasileira e do quadro de desigualdades raciais e sociais, já não cabe mais aos educadores/as aceitarem a diversidade étnico-cultural só como mais um desafio. A nossa responsabilidade social como cidadão exige mais de nós.

A educação e diversidade é uma preocupação principalmente dos negros, visto que, somente por uma revolução educacional profunda é que poderemos elevar o pensamento primitivo, já que, o racismo foi transmitido e construído muitas vezes nas formas mais ditas sofisticadas e modernas. O comprometimento da escola é imprescindível, não só para que o professor/a se sinta apoiado/a em suas iniciativas, mas para que haja condições de execução de um trabalho multidisciplinar, tarefa difícil, na medida em que o envolvimento dos professores/as implica uma mudança de postura, uma disponibilidade para discutir e estar aberto à incorporação de críticas e sugestões.

Para superar a discriminação e o racismo nas instituições de ensino é necessário desenvolver projetos, experiências e atividades pedagógicas voltadas para a diversidade, permitindo assim, construir identidades de gênero e raça, valorizando o conhecimento do outro, as diferenças e particularidades de cada indivíduo. Os docentes carecem de uma formação específica que proporcione essas experiências e diálogos sobre a temática em questão, pois apreciar simplesmente a lei 10.639/03 não é o suficiente, mas, faz-se necessário reconhecer a cultura e a história Afrodescendente e valorizar a mesma.

Compreendemos que pelo meio da informação, seja na forma da escrita ou oral é que podemos mostrar à sociedade, as riquezas que tem a cultura africana e afro-brasileira e que foi e é de suma importância para a sociedade brasileira. Além disto, o N'UMBUNTU tem se tornado uma referência para muitas escolas, inclusive servindo para busca de materiais, palestras e contatos como representantes da cultura afro-brasileira em Marabá, isto tem nos oferecido um maior aperfeiçoamento neste debate.

Outro resultado importante é a possibilidade, mesmo sem recursos institucionais, de participação em eventos científicos nacionais, onde podemos compartilhar as ações construídas no Pará, sobre as relações étnicorraciais.

Os dados iniciais da pesquisa foram entrevistas com 02 coordenadores, 02 professores, de 03 escolas de 03 bairros da cidade de Marabá. Assim podemos ressaltar algumas constatações: o desconhecimento sobre a lei; a falta de formação específica para se trabalhar a temática; pouco material disponível nas escolas, e quando há são pouco utilizados; as ações são conduzidas por professores/as individualmente com pouca articulação com o restante da escola em áreas específica, em especial os professores/as de história.

A escola não é um ambiente simplesmente de discussões sobre as diferentes temáticas, mas um meio para despertar nos alunos a reflexão, valorização e respeito às diferenças étnicorraciais. No entanto, os sistemas educacionais têm articulado a diversidade étnicorracial e educação de uma maneira que tem proporcionado objetivos e estratégias de atuação diferentes e, conseqüentemente, sentidos diversos atribuídos à educação multicultural, a educação multicultural é uma tentativa de tornar visíveis e audíveis rostos e vozes que até então permaneceram no silêncio.

Os dados finais da pesquisa foram entrevistas com 02 coordenadores, 07 professores, de 08 escolas de 04 bairros da cidade de Marabá, sendo eles, bairro Novo Horizonte, bairro Filadélfia, bairro Belo Horizonte, bairro Laranjeiras, bairro Liberdade e bairro Nova Marabá.

No início do projeto, foi elaborado um questionário para ser utilizado durante as entrevistas, porém, no decorrer da pesquisa, tivemos que alterar o questionário, porquanto observamos que as escolas municipais não desenvolviam projetos voltados para as relações étnicorraciais. O máximo que havia eram diálogos espontâneos e sem planejamento alargados no campo escolar. A respeito da formação continuada oferecida pelo município aos professores do Ensino Fundamental, o professor Alex Moutinho Taveira diz que:

A gente não teve formação pela Secretária Municipal de Educação (Semed), as formações que tiveram pela Semed foram sobre História Regional e aí é que teve alguma coisa em relação à questão da história dos afrodescendentes aqui foi História Regional que tá ligado nesse sentido tá ligado, mas algo específico não.

Ainda sobre a formação continuada, o professor Silney da Silva Sales, que atua em três escolas municipais do município de Marabá, destaca:

Não. Formação não, teve na academia que a gente trabalhou, que teve um, na academia a gente trabalhou um conteúdo curricular que mexeu um pouco com a questão afro, mas, especificamente é na minha graduação não, no município também como você sabe a questão da LDB, ela preve essa formação continuada né é obrigação do município, do estado é organizar essa questão da formação continuada do município, ele nos promove essa formação continuada e vez ou outra vem sim essa temática, de certa forma vai melhorando nossa pratica em sala de aula.

O Coordenador da Escola Maria Amélia de Soares Oliveira Valdivino Raquel da Silva relata que:

A gente vive num país aonde a discriminação ela está lá no topo, se dizem por aí que o Brasil não tem discriminação, mentira! Do meu ponto de vista, a questão da discriminação só está em roupa diferente, ela só trocou de camisa, o que acontece, hoje sim, a gente vê dentro da sala de aula essa questão do bullying, essa questão da discriminação ao negro, não só o negro, as em outros aspectos também, porque assim, devido esse, essa nova tendência né, essa nova era né, a gente percebe que o negro é menos discriminado, mas ainda há. Você ver pelos olhares, você ver por gestos, você ver até mesmo por apelidos que é frequentemente a gente vê na escola, a gente vê no meio da sociedade é uma questão que a gente sabe que tem que mudar, mas pra mudar, primeiro a gente tem que atacar a família, atacar de que forma? Ensinar a família, conscientizar essa família ou seja, sensibilizar essa família que o negro é gente e que ele precisa ser respeitado dentro da sociedade, não é uma cor que vai fazer essa diferença, entendeu? Não é a cor que vai dizer que você é melhor ou pior, mas sim você colocar valores no cidadão e esse valores tem que ser adquirido em casa.

A partir dessas falas podemos compreender que pouco tem sido feito em relação à formação de professores na perspectiva da educação étnico racial no município, portanto, as formações continuadas para essa temática, foram desenvolvidas a principio por iniciativa do núcleo N'UMBUNTU, que esteve oferecendo seminários sobre a educação étnico racial para a comunidade escolar e comunidade em geral.

A formação de professores/as, tanto inicial quanto continuada, deve permitir espaços para discussões e vivências direcionadas as relações étnicorraciais, pois em sua grande maioria possuem dificuldades ao lidar com a diversidade e com atitudes racistas dentro das escolas, o que tem causado descaso por parte que algumas instituições por considerarem um assunto já superado pela sociedade, fazendo com que os afrodescendentes não sejam valorizados como sendo sujeitos históricos e culturais.

Apesar da resistência de alguns gestores em relação à temática no início da pesquisa, houve alguns educadores/as que se atentaram para esses questionamentos e de maneira singular tem construído

diálogos muitas vezes sem o apoio da gestão escolar. A respeito desses questionamentos, relata o professor Silney da Silva Sales, quando perguntado se ainda existe discriminação e racismo no ambiente escolar:

Muito, muito, muito, muito, bastante, demais, tanto é que sempre nas nossas feiras culturais a gente trabalha a questão do bullying, a gente já traz essa questão do bullying justamente pra esse preconceito racial, a gente observa muito aquelas brincadeiras que perduram sobre o negro, aquelas piadinhas de mal gosto, a gente sempre tenta desconstruir, mostrando pra eles que isso é um reflexo do preconceito que já vem desde do período colonial do Brasil, mas infelizmente ainda continua a questão do preconceito contra o afro.

A partir dos dados coletados, analisamos as falas de cada entrevistado a fim de evidenciar o que foi dito anteriormente no corpo do artigo e está bem retratado na fala do professor que leciona na Escola Avanir Tenório Ramos, localizada no bairro Liberdade, Cristiano Rodrigues Brito (Pipoca):

Há uma finalidade de coisas que é necessário se acrescentar a história do negro, porque infelizmente, o negro, ele vive só para aquilo que projeta ele na sua frente, que dizer: no seu estado, o seu trabalho, mas, a sua própria conscientização cultural, os seus valores como negro, infelizmente, o negro não toma posse disso. O problema na sociedade, não é nem no Brasil e no mundo, mas, na sociedade globalizada, não é o negro ser negro, mas sim o negro afirmar-se dentro da sua própria cultura e esse que é o problema, o negro desconhece a sua realidade cultural e talvez ele tenha uma informação da sua realidade cultural, mas, no cotidiano, ele não aplica isso, porque imagine se você usasse um contexto negro cultural na sua própria essência, na característica mesmo, aquela maneira de como ele gosta de se vestir, de andar, seria uma crítica e o problema é esse, não é você ser negro e você se afirmar como negro dentro da sua identidade.

A partir da pesquisa realizada no município de Marabá-PA, podemos concluir que, nas escolas entrevistadas, os/as professores/as não tiveram nenhuma formação continuada voltada para à questão étnicorracial a não ser as ações realizadas pelo **Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos**

Sociais e Educação - N'UMBUNTU, que desde do seu surgimento, tem desenvolvido de maneira significativa, debates e ações sobre essa temática, que é suma importância para a cidade de Marabá, visto que, de acordo com a pesquisa, essas questões só são abordadas quando surgem algo pontual no espaço escolar, ou seja, quando algum aluno/a é vítima de atitudes discriminatória. No entanto, esse debate no ambiente escolar ocorre de maneira informal, através de diálogos entre professores/as e alunos/as, não existe de fato um diálogo formal, a fim de, conscientizar pais, professores/as, alunos/as e toda equipe gestora das escolas municipais.

Torna-se necessário, portanto, a realização de mais cursos de extensão e capacitação, bem como o oferecimento de cursos de pós-graduação que tenham como público alvo os docentes e gestores dos diversos espaços escolares da rede municipal de ensino de Marabá. Somente por intermédio dessas formações continuadas, voltadas para as relações étnicorraciais, os/as professores/as poderão contar com um arcabouço de saberes que lhes possibilite realizar práticas educativas pautadas em uma maior visibilidade da História e Cultura das populações negras.

O Racismo e o preconceito só terão fim, quando a sociedade brasileira como todo, reconhecer e valorizar a diversidade étnicorracial existente no país, assim como, os afrodescendentes se afirmarem como tal e começarem a valorizar a cultura Africana e Afrobrasileira na qual fazem parte, somente através de políticas públicas que permitam a valorização dos negros no Brasil como agentes históricos para desenvolvimento do país e que tais determinações poderão ser exercidas. Possibilitando assim, uma melhor formação de professores na perspectiva das relações étnicorraciais. Precisamos urgentemente produzir mais pesquisas voltada para essa temática, gerando uma maior reflexão sobre assunto.

Referências

BRASIL, MEC/SECAD. *Orientações e ações para a Educação das relações étnico-raciais*. Brasília: Secad, 2006.

_____. CNE. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. 2004.

BRANDÃO, Carlos H (Org.). *Pesquisa participante*. SP: Brasiliense, 1999.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Conceitos e conteúdos nas culturas africanas e afrodescendentes. In: COSTA, Sylvio G., PEREIRA, Sonia. *Movimentos Sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FONSECA, Marcus V. **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. BH: Mazza, 2011.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

LIMA, Ivan Costa. *Uma proposta pedagógica do Movimento Negro no Brasil: Pedagogia Interétnica, uma ação de combate ao racismo*. Florianópolis, 2004. (Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina).

_____. *As pedagogias do Movimento Negro no Rio de Janeiro e Santa Catarina (1970-2000): implicações teóricas e políticas para a educação brasileira*. Fortaleza, 2009. (Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Ceará).

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). *Docência no ensino superior*. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Docência em Formação).

ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da educação dos negros e outras histórias*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: MEC/SECAD, 2005.

SOUZA, Maria Elena V. **Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a lei 10.639/03**. RJ: Editira Rovellet, 2009.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. RJ, Paz e Terra, 1992.

ULLMANN, R. A. *A universidade – das origens à Renascença*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.